

MEMÓRIA E CULTURA E LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: a difusão cultural através dos arquivos

**FRANCINETE FERNANDES DE SOUSA (UEPB)
JOÃO IRINEU DE FRANÇA NETO (UEPB)**

Introdução

A sociedade consciente do valor da memória preserva e conserva seus documentos, vez que mesmo atualmente não sentindo ainda necessidade deles, sabe que, no futuro, os mesmos serão muito importantes e por isso faz-se necessário conservá-los e preservá-los. Dessa forma, parece-nos razoável que a Universidade, especificamente a área da Arquivologia, ponha à disposição da sociedade os seus métodos e metodologias, visando conservar, preservar e disseminar a informação e a cultura, que, nomeadamente, auxiliam na obtenção e no cumprimento dos seus direitos sociais, culturais que também lhes são assegurados pela Constituição Federal e pela Legislação vigente. Este trabalho relata os resultados obtidos na pesquisa intitulada Arquivologia e História: a busca pela documentação de escravizados na Paraíba.

Na referida pesquisa, os dados gerais e específicos obtidos foram os seguintes: **realização de diagnóstico de uma instituição alvo do trabalho (Arquivo Histórico da Paraíba)**, o que possibilitou o conhecimento geral da mesma e tomada de decisões realistas, sobre o trabalho a ser desenvolvido. Nessa pesquisa, tivemos uma amostra de 650 documentos referentes aos documentos de escravizados no Arquivo Histórico e a partir da análise dos dados, construímos gráficos explicativos que demonstraram a situação atual do acervo.

A indexação de tais dados motivou a criação de um software/repositório adequado para o âmbito arquivístico, a fim de incluir dados da documentação antes organizada, consistindo em um sistema de recuperação da informação, prevendo o tempo de acesso, a segurança, a compatibilidade e a preservação, promovendo, assim, a integridade e a recuperação da informação de maneira fácil, rápida, precisa e segura, utilizando pontos de acesso aos documentos, permitindo a recuperação da informação e contribuindo para difusão cultural sobre os mais diversos aspectos da vida das pessoas negras escravizadas no século XIX na Paraíba.

Uma preocupação nossa foi a de aproximar mais o usuário que necessita de documentação específica, através da criação de instrumentos de acesso, uma vez que

estes, se bem elaborados, rompem qualquer barreira existente entre os usuários e os documentos, propiciando o imediato acesso ao acervo arquivístico, levando em conta os elementos formais e de conteúdo do documento. Através dos recursos oferecidos pela elaboração de um vocabulário controlado, desenvolvemos instrumentos de pesquisa que contemplam as unidades de descrição, não sendo necessário escolher um fundo a inventariar conforme a demanda, pois a publicação do documento é virtual, adotando-se fundamentalmente uma política de descrição de documentos, conforme teorizada por Macedo (2003).

O trabalho contribui para aplicação da lei 10.639/03, que implanta o ensino da cultura, literatura e história afrobrasileira na Educação Básica. Tal contribuição se realiza à medida que esse software/repositório torna-se um instrumento de pesquisa científica e fonte de dados para uma construção de alternativas metodológicas para educadores de história, literatura e áreas afins, de modo que estes poderão levar para a sala de aula documentos considerados fontes primárias, incluindo desde documentos oficiais até escritos literários produzidos, na época citada, por negros ou com temática relacionada à negritude.

Como se trata de um trabalho relevante para a comunidade científica paraibana, no tocante à documentação de escravizados na Paraíba, esta pesquisa pode servir de fonte de dados para pesquisas em Arquivologia, História, Antropologia, Sociologia e Literatura Afrobrasileira, tendo como enfoque o conhecimento numa perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar.

1 Da memória, da cultura e do arquivo

Socialmente o trabalho em pauta tem alcance contemporâneo. Nesse sentido, essa recuperação da informação/documentação relativa à população negra paraibana do final do século XVIII e, principalmente, do século XIX, até a erradicação da instituição da escravatura, relaciona-se com as novas demandas multiculturalistas inauguradas pelos vários movimentos identitários, dentre eles o movimento negro, em suas várias vertentes. Esse é o seu sentido ou validade ontológica. A par disso, suas possibilidades interdisciplinares com uma antiga “parceira”, a História, são evidentes, já que contribui singularmente para a escrita da história da “gente negra” (ROCHA, 2009), principalmente no século XIX paraibano.

Nesse último sentido, que se refere à cultura acadêmica, o alcance do projeto em discussão foi dado tanto pela disseminação do conhecimento das informações sobre essa massa documental, quanto com o que está nela contida, como também pelo fato de que pode servir para a elaboração de obras didáticas e paradidáticas de amplo uso na rede escolar, como já foi indicado através da menção à escrita da História. Ressalte-se que as Tecnologias da Informação (TICs) implicam uma disciplina auxiliar de significativa relevância para este trabalho, uma vez que com o entendimento dos mecanismos de criação dos *softwares* pelos integrantes da pesquisa, teve um domínio para a área, o qual poderá difundir essa ideia no âmbito da comunidade acadêmica, sobretudo de ensino fundamental e médio. Os resultados desse trabalho que envolve domínios da *web semântica*, servem de canal otimizado para pesquisas que subsidiarão estudos sobre os escravizados que é parte fundamental da nossa história.

A nossa preocupação que, também, é com o gerenciamento eletrônico de documentos (GED), fez com que um primeiro passo fosse tomado, qual seja, o de definir o que é o gerenciamento eletrônico de documentos:

GED é a tecnologia que provê um meio de facilmente armazenar, localizar e recuperar informações existentes em documentos e dados eletrônicos, durante todo o seu ‘Ciclo de Vida’ (BALDAN, 2002, p.32 apud DALFOVO e SANTOS 2008).

A era da informação com sua velocidade e avanço tecnológico exige que as instituições estejam atentas ao ambiente no qual estão inseridas (FERREIRA *et al*,

2008). Com essas mudanças, principalmente com os avanços das novas tecnologias, os profissionais da informação estão se deparando com novos suportes onde a informação está sendo registrada e armazenada. Essa Informação assume, hoje em dia, uma importância crescente nas atividades de toda organização, pois a informação é um dos bens mais valiosos no mundo contemporâneo. Ela é imprescindível para que os gestores dos mais diversos âmbitos da sociedade tomem decisões importantes visando atingirem êxito. No campo da educação, especificamente, é urgente que a informação seja difundida de maneira mais democrática e acessível a um público cada vez mais amplo. Entretanto, não basta ter em seu domínio a informação, sendo necessário saber gerenciá-la de maneira eficaz, de modo que se possibilite um acesso mais célere e eficaz no tocante à recuperação das informações registradas.

Nesta perspectiva, as novas tecnologias, buscam uma configuração para que as informações estejam disponíveis de uma forma rápida, por meio do GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos), que proporciona uma proposta de rapidez e funcionalidade para as informações das organizações. No entanto, essa tecnologia está sujeita a alguns problemas como a obsolescência, correndo-se o risco, de em curto prazo, não se ter acesso às informações guardadas em um determinado suporte. A rapidez das mudanças tecnológicas exige a migração contínua das informações, sendo necessário prever e planejar essas mudanças em longo prazo, como produzir cópias de segurança (*backup*) dos documentos que necessitam ser guardados, além de estarem em ambientes livres de poeira, arejados e sem elevadas variações de temperatura, devendo também, serem afastados de equipamentos que geram campos eletromagnéticos (RONDINELI, 2006).

Todo este conjunto de cuidados é de grande importância para os profissionais da informação, os quais através da tecnologia irão ajudar o usuário quanto ao acesso às informações. Quando se pensa em tecnologia tem-se associado às grandes empresas e organizações particulares de amplo porte. Todavia, a realidade é bem diversa. O desenvolvimento de softwares/ repositórios para atendimento da demanda educacional é uma realidade plenamente possível e no caso específico desta pesquisa está respaldado pela lei 10.639/03, que preconiza o ensino de história da África. Sendo assim, pode-se depreender que de posse de um instrumento de referência em formato eletrônico ficará mais fácil recuperar documentos para exemplificar, auxiliar na compreensão de assuntos ligados à temática posta. Por outro lado, contribui para deflagrar o processo de difusão cultural e educação patrimonial no estado da Paraíba, aspecto, por nós, entendido, como

ousado, visto que no Brasil, ainda é tímido e incipiente este assunto (SOUSA, 2010). Em consonância com os dispositivos da Lei 10.639, que preconiza o ensino de história, cultura e literatura afrobrasileira na Educação Básica, o arquivo deixa de ser simplesmente um espaço burocrático de documentação, para se tornar um *locus* da memória cultural do povo quilombola da Paraíba.

Evidenciamos, que bibliograficamente, até então, na Paraíba, não havia trabalho semelhante (catálogo seletivo manual ou eletrônico). Uma obra publicada pelo Arquivo Nacional, o *Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual* (1988), indica as instituições arquivísticas onde existem fontes para as temáticas indicadas no seu título.

Esse levantamento é sem dúvida importante, mas já está superado, pelo menos no caso paraibano, na medida em que não registra especificamente a documentação existente, a exemplo do que ocorre relativamente ao Arquivo Histórico do Estado; não faz a análise diplomática e tipológica (BELLOTO, 2006) da documentação mencionada. É preciso considerar que não cabem ao guia estas análises. N entanto, esse instrumento está defasado, pois não inclui instituições arquivísticas importantes, como o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, onde se encontra relevante documentação – *assentamentos* - de nascimento, casamento e óbitos, nos quais está incluída a população negra.

Sobre a significação mais geral da pesquisa realizada, importa enfatizar que, como diz muito bem Heloísa Liberalli Belloto (2002, p.11):

As análises diplomática e tipológica (as fichas catalográficas são produtos de análises desse tipo) são aplicações práticas dos estudos teóricos e metodológicos da Diplomática e da Tipologia Documental, áreas das ciências documentárias que se concentram, respectivamente, no estudo formal do documento diplomático, quando considerado individualmente, e no estudo de suas relações com o contexto orgânico de sua produção e de atuação dos enunciados do seu conteúdo, quando considerados dentro dos conjuntos lógicos denominados séries arquivísticas.

As discussões através de seminários que foram realizados contribuíram para a pesquisa arquivística, uma vez que dialogamos entre a prática dos contextos escolares e as informações mais atualizadas na área da Arquivologia, estimulando o desenvolvimento de estudos arquivísticos mais inovadores, os quais se encontram em expansão em todo o país. Assim, tornar visíveis e acessíveis informações sobre pessoas

escravizadas, através das publicações de catálogo eletrônico, artigos e de construção de um *softwears* sobre o patrimônio histórico-documental relativo às pessoas escravizadas, traz em si uma *opção epistemológica* importante e inovadora.

2 PROBLEMÁTICA

Do ponto de vista dos pesquisadores em geral, essa documentação *recuperada* - usando um termo arquivístico para referir uma massa documental tornada acessível em diferentes níveis e formas - representa a possibilidade de escrever em acordo com os vários aportes teóricos e metodológicos disponíveis, sobre a *relação entre os segmentos sociais paraibanos historicamente hegemônicos e as pessoas escravizadas através do aparelho de estado colonial e, depois, imperial*, já que a massa documental é oriunda da administração estatal. As informações disponibilizadas nas fichas permitem inclusive discernir os vários aspectos dessa relação, quais sejam, econômico, cultural, político e administrativo.

Como exemplo dessa relação mediatizada pelo estado, citamos uma das formas de luta anti-escravista do século XIX, que foi a recorrência aos órgãos pertinentes do estado para garantir direitos de pessoas negras perante seus senhores. Destaca-se entre esses direitos, com maior relevância, aquele calcado na legislação de 1831. Essa lei proibiu que os negros e negras desembarcados no Brasil fossem, a partir de então, escravizados.

Ora, a grande parte dos escravos existentes no país depois de 1850, era composta por pessoas nessas condições (escravizados ilegalmente) ou eram seus descendentes, o que explica o foco da ação de abolicionistas e de pessoas negras no apelo aos tribunais, de acordo com o que consta em *Uma História do Negro no Brasil* (2006), de autoria de Wlamira R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho, e *O escravo na grande lavoura* de Emilia Viotti da Costa (1987).

Outra possibilidade concreta de estudos se dá através da busca e interpretação da informação/documentação produzida ao nível específico dos órgãos legislativos municipais, como as Câmaras Municipais, e provinciais, a exemplo do Conselho Geral de Província (1826-1834) e Assembléia Legislativa Provincial (1835-1889), bem como ao nível do poder executivo provincial ou Presidência Provincial e de seus vários órgãos (tesouraria, alfândega, etc.). Essa relação entre as *elites ou proprietários escravistas em*

geral, estado e pessoas escravizadas, já foi pesquisada num trabalho produzido pela professora Solange Pereira da Rocha (tese de doutoramento), cujo título é *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. Nesse trabalho, a autora discute as políticas de alforria no Brasil e na Paraíba.

Relativamente a esse caráter interdisciplinar do projeto, não se pode deixar de mencionar que outras instituições da época além do estado, como cartórios e a Igreja católica, também foram produtoras de importante massa documental onde as pessoas escravizadas aparecem. No caso dos cartórios, há os inventários, documentação das mais importantes nesse período, de acordo com Vera Lúcia Costa Aciolli (1996). No caso dos arquivos católicos, sabemos que o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba guarda preciosa documentação que pode servir para a história demográfica negra na Paraíba. Essa instituição arquivística também teve seu acervo pesquisado.

Portanto, é importante registrar que mesmo se inserindo numa perspectiva pós-custodial, esse trabalho reafirma a importância da documentação arquivada, estatal ou privada, mesmo sabendo que a organização do AHPB é feita cronologicamente, não havendo nenhuma relação orgânica entre os documentos, portanto, carecendo de um tratamento arquivístico, mesmo que tradicional.

Entendemos ser relevante discutir a relação da pesquisa sobre a informação/documentação relativa às pessoas escravizadas com o ensino e a extensão universitários. Assim, a contribuição para a formação arquivística, ao nível da graduação e pós-graduação, pode ser percebida sob pelo menos dois aspectos: concretiza as atividades teóricas desenvolvidas em sala de aula e estimula a discussão ampla - em sala de aula e fora dela, em eventos científicos os mais variados - sobre um trabalho renovado, superando possíveis equívocos de que há uma relação mecânica entre a informação/documentação oriunda da administração estatal e constante em arquivos públicos organizados de forma custodial e a atividade revisionista arquivística, que a maioria dos teóricos denomina de pós-moderno.

Entendemos que as ciências desenvolvem-se de forma diferenciada no tempo e no espaço e não cabe discutir aqui a pertinência ou não do conceito de pós-modernismo. O que entendemos ser importante afirmar, pelo menos por enquanto, é que discordamos daquela visão tradicional da formação e do trabalho arquivísticos que visavam o funcionamento da administração pública (e privada) e a elaboração de uma história oficial, ou seja, de uma história que entre outros aspectos, identifica o conhecimento histórico com a informação constata nos documentos de arquivos públicos e privados.

Do ponto de vista da Arquivologia essa visão custodial implica numa percepção histórico-tecnista do trabalho do arquivista, bastante influenciada pelo positivismo.

Além disso,

a experiência e a aplicação emanadas dos resultados desses estudos (de diplomática e tipologia documental) têm se mostrado promissoras, quanto ao maior entendimento que os **estudantes** (grifo nosso) passam a ter da estrutura e da natureza dos documentos arquivísticos, entendimento esse que lhes será útil nos mais variados momentos de suas futuras funções nos arquivos. Por outro lado, por parte dos **profissionais** (grifo nosso) de mais longa data, a compreensão da crítica diplomático-tipológica, quando aplicada aos processos de avaliação, classificação e descrição, têm se mostrado, nos casos em que tem ocorrido, no Brasil e no exterior, altamente eficiente” (BELLOTO, 2004).

Concluindo, nos reportamos ao texto de Rosa Maria Godoy Silveira (2010), intitulado *Os arquivos e os Direitos Humanos: perspectiva legal do Direito de Acesso*, bem como aos trabalhos do prof. José Maria Jardim, *Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental* citado Maria Odila Fonseca (2001) e de Tomas Tadeu da Silva, *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo* (2001). Esse último sintetiza muito bem as várias correntes do multiculturalismo.

Se por extensão universitária entende-se corretamente um serviço que a instituição desse tipo presta à comunidade onde está inserida, a pesquisa em pauta pode ser percebida como uma intervenção que visa à superação do papel tradicional do arquivista e da instituição arquivística, relacionando-se com as demandas sociais mais recentes organizadas como movimentos identitários, pois dá visibilidade e formas de acesso a um patrimônio histórico-documental até então “perdido” entre uma vasta massa documental. Possibilita o *direito* (GODOY, 2010) de acesso à informação/documentação sobre pessoas escravizadas àqueles que se interessem pelo tema.

3 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

1. Foram procedidas leituras, as quais estão fazendo parte, o exercício de reflexão dos bolsistas e dos colaboradores, através de bibliografia básica sobre a escravidão no

Brasil e leituras específicas da área de arquivologia, sobre instrumentos de pesquisa e metodologia da pesquisa científica;

2. Foi procedido, pelos orientandos, um levantamento exaustivo de bibliografias atualizadas na área da Arquivística e ciência da informação a fim de criar um banco de dados atualizados para pesquisas bibliográficas envolvendo arquivologia e descrição arquivística, bem como documentos digitais, usou-se como campo de pesquisa as bibliotecas centrais da UFPB, UEPB, as bibliotecas setoriais da UFPB, bem como foi feito uma busca on-line em várias bibliotecas virtuais brasileiras;

3. Foi procedida à digitalização da documentação já levantada e organizada em fichas de descrição documentária, digitalização essa através de máquina fotográfica digital e em acordo com as orientações oriundas do Conselho Nacional de Arquivos contidas na publicação *Recomendações para digitalização de documentos de Arquivos Permanentes* (2010).

4. O último passo, e primeiro para a construção do softwares/repositório constituiu-se na metodologia para organização eletrônica da digitalização dos documentos, através da criação de *uma* pasta para *cada* documento totalizando 666 e-pastas (pastas eletrônicas).

4 RESULTADOS

Sobre os resultados parciais da pesquisa podemos indicar os seguintes:

- O objetivo alcançado com a leitura bibliográfica de textos fundamentais para o trabalho;
- Revisão de todos os documentos encontrados no Arquivo Histórico da Paraíba, o que possibilitou a testar a eficiência do catálogo;
- A construção de um diário de campo minucioso, produzido pela aluna bolsista que nos dá uma ideia geral das atividades. Apresentamos na íntegra seu trabalho que consideramos valioso e que demonstra que a nossa perspectiva metodológica está sendo produtiva e os resultados são significativos.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia paraleitura de documentos manuscritos*. 2. ed. Recife: UFPE/Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1996.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALVARENGA, Lídia. **Representação do Conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação em tempos e espaços digitais**. Encontros Bibli., 1 er. Semestre, n.15. UFSC, 2003.
- ANDRADE, Ricardo S.; SILVA, Rubens R. G. **Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência**. Ponto de Acesso, Salvador, v. 2, n. 3, p. 14-29, dez. 2008.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes. Tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 320pp.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ- **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos**, 2007.
- DALFOVO, Oscar; SANTOS, Sidnei Charles dos. **Gestão eletrônica de documentos para empresas do setor de material de escritório**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.2, p.01- 25 Sem I. 2008.
- FERREIRA, Nelson Fernandes. **Políticas de Ação Cultural e Educativa em Arquivos Públicos: o caso Arquivo Público da Bahia**. Bahia: UFBA, 2008.
- FONSECA, M^a Cecília Londres. Para além da “pedra e cal”: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. IN: ABREU, Regina & Chagas, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. PP. 58-80.
- FRANTINE, Renata. **Educação Patrimonial em Arquivos**. Revista Histórica do Arquivo Público de São Paulo, São Paulo, n.34, 2009.
- GONÇALVES, Regina Célia. **A História e o Oceano da Memória: algumas reflexões**. IN: Saeculum – Revista de História. 4-5. João Pessoa: DH-UFPB, jan. 1998/dez. 1999. PP. 13-39.
- INDOLFO, Ana Celeste. *et al.* **Gestão de Documentos: conceitos e procedimentos Básicos**. Publicações técnicas. Rio de Janeiro: arquivo Nacional, 1993.

JARDIM, José Maria; Fonseca, Maria Odila. **Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estudo da arte.***DataGramaZero*-Revista de Ciência da Informação- v.5, n.5, 2004.

LIMA, Cláudia. **Reflexão sobre a História do Negro no Brasil.**<<http://www.claudialima.com.br/artigos.htm>> acessado em 12/02/2010.

MACEDO, Geraldo Majela Ferreira de. **Bases para a Implantação de um Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED. Estudo de Caso.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção. Florianópolis, 2003.

ORIÁ, Ricardo. **Educação Patrimonial - conhecer para preservar.** Disponível em <<http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp> acessado em 18/03/2011>acessado em 20/02/2010.

ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na Paraíba oitocentista população, família e parentesco espiritual.** São Paulo, UNESP, 2009.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gestão Arquivística e preservação de documentos digitais no Brasil: estado da arte.** RJ, Ver. Arquivo & Administração. v.5 jan/jun. 2006.

ROSSEAU, Jean-Ives; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUSA, Aryelli Sterphani Costa de. **A construção de instrumentos de referência: uma possibilidade de recuperar a informação da história dos escravizados na Paraíba.** João Pessoa, 2010. 111 p. Monografia (Bacharelado em Arquivologia). Centro de Ciências Biológicas Sociais e Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba.

VIOTTI, Emilia. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** São Paulo, 1987.